



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MONTES CLAROS**

# **Plano de Resposta a Incidentes de Segurança**

Lei 13.709 de 24 de agosto de 2018

Lei Complementar nº 103 de 28 de março de 2023 –  
Câmara Municipal de Montes Claros/MG

Resolução CD/ANPD nº 15 de 24 de abril de 2024

# Sumário

<b>1 – Introdução</b>	<b>2</b>
<b>2 – Objetivos</b>	<b>3</b>
<b>3 – Conceitos Principais</b>	<b>4</b>
<b>4 – Incidentes de Segurança com Dados Pessoais</b>	<b>5</b>
<b>5 – Comunicação e Registro em Caso de Incidentes de Segurança</b>	<b>6</b>
<b>6 – Prevenção de Incidentes de Segurança</b>	<b>8</b>
<b>7 – Recomendações Finais</b>	<b>9</b>
<b>8 – Anexo I – Formulário de Comunicação Interna de Incidente de Segurança</b>	<b>10</b>

# Introdução

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, as organizações brasileiras passaram a ter a obrigação legal de proteger os dados pessoais que coletam e processam.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) também emite diretrizes para garantir a conformidade com a lei. Incidentes de segurança que envolvem o vazamento ou perda de dados pessoais podem ter consequências graves, tanto para os indivíduos afetados quanto para as organizações responsáveis.

Assim, a elaboração de um plano de resposta a incidentes de segurança é essencial para mitigar os danos e garantir o cumprimento das obrigações legais. Este plano será revisado e atualizado regularmente, levando em consideração novas ameaças e mudanças no ambiente regulatório.

# Objetivos

O plano de resposta a incidentes de segurança visa estabelecer diretrizes claras e procedimentos a serem seguidos em caso de incidentes de segurança que comprometam a integridade, confidencialidade ou disponibilidade de dados pessoais no âmbito interno da Câmara Municipal de Montes Claros/MG.

Assegurar uma resposta rápida e eficaz é fundamental para minimizar os impactos, proteger os direitos dos titulares de dados e garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as normativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

# Conceitos Principais

**Dado Pessoal:** Qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.

**Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

**Tratamento de Dados Pessoais:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

**Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

**Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

**Incidente de Segurança:** Qualquer evento que resulte em comprometimento da segurança de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a, vazamentos, acessos não autorizados, perda, destruição ou alteração de dados pessoais.

# Incidentes de Segurança com Dados Pessoais

Conforme estabelecido no artigo 46 da LGPD, os agentes de tratamento de dados devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais. Ainda nos termos da referida lei, o artigo 48 determina que o controlador deve comunicar à ANPD e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares. Além disso, o artigo 50 da LGPD prevê que controladores e operadores poderão formular regras de boas práticas e de governança para o tratamento de dados pessoais, podendo ser implementado programa de governança em privacidade que inclua um plano de resposta a incidentes.

De acordo com o artigo 5º do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança da ANPD, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 15, de 24 de abril de 2024, define que o incidente de segurança pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares quando puder afetar significativamente interesses e direitos fundamentais dos titulares e, cumulativamente, envolver, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- I - dados pessoais sensíveis;
- II - dados de crianças, de adolescentes ou de idosos;
- III - dados financeiros;
- IV - dados de autenticação em sistemas;
- V - dados protegidos por sigilo legal, judicial ou profissional;

ou

- VI - dados em larga escala.

# Comunicação e Registro em Caso de Incidentes de Segurança

Qualquer fato que possa configurar incidente de segurança com dados pessoais deverá ser imediatamente comunicado a comissão permanente de tratamento e proteção de dados da Câmara. Essa comunicação poderá ser feita através do Formulário de Comunicação Interna de Incidente de Segurança (anexo I) ou pelo e-mail [lgpd@montesclaros.mg.leg.br](mailto:lgpd@montesclaros.mg.leg.br).

Caso o incidente seja confirmado, as etapas abaixo devem ser seguidas:

## 1 - Identificação e Contenção:

- ✓ Identificar a natureza, categoria e extensão do incidente de segurança.
- ✓ Adotar medidas para conter o incidente evitando que se espalhe ou cause mais danos.

## 2 - Avaliação de Impacto:

- ✓ Avaliar o impacto do incidente sobre os dados pessoais envolvidos, determinando o nível de risco para os titulares dos dados.
- ✓ Identificar os dados comprometidos e o possível prejuízo causado aos titulares.

# Comunicação e Registro em Caso de Incidentes de Segurança

## 3 - Notificação:

- ✓ Notificar a ANPD sobre o incidente, no prazo de três dias úteis, conforme artigo 6º do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança da ANPD (Resolução CD/ANPD nº 15/2024).
- ✓ Comunicar aos titulares dos dados afetados, no prazo de três dias úteis, conforme artigo 9º do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança da ANPD (Resolução CD/ANPD nº 15/2024).

## 4 - Remediação:

- ✓ Implementar medidas corretivas para evitar a recorrência do incidente.
- ✓ Revisar e atualizar as políticas de segurança, se necessário.

## 5 - Relatório e Registro:

- ✓ Elaborar um relatório detalhado para análise posterior e para auditorias futuras.
- ✓ Manter o registro dos incidentes de segurança, inclusive daqueles não comunicados à ANPD, pelo prazo mínimo de cinco anos.



# Prevenção de Incidentes de Segurança

A prevenção é a primeira linha de defesa contra incidentes de segurança. Vejamos as principais medidas preventivas:

**Controles de Acesso:** Implementar controles rigorosos de acesso, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso a dados pessoais.

**Monitoramento Contínuo:** Monitorar continuamente os sistemas de TI para detectar e responder a atividades suspeitas ou anômalas.

**Capacitação e Conscientização:** Orientar funcionários sobre a importância da segurança da informação e da proteção de dados pessoais.

**Auditorias Regulares:** Conduzir auditorias periódicas para garantir a conformidade com as políticas de segurança e identificar possíveis vulnerabilidades.

# Recomendações Finais

**Boas Práticas no Tratamento de Dados Pessoais:** O tratamento de dados pessoais deve ser realizado de forma cautelosa, obedecendo as diretrizes estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados.

**Senhas de Acesso:** As senhas de acesso a sistemas e e-mails institucionais são pessoais, sigilosas e intransferíveis e só podem ser utilizadas pelo usuário cadastrado.

**Mensagens Suspeitas:** Sempre verifique a procedência de e-mails e desconfie de links ou arquivos anexados à mensagem. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o setor de Tecnologia da Informação.

**Cultura de Segurança:** Promover uma cultura organizacional que valorize a segurança da informação e a proteção de dados pessoais em todas as atividades da Câmara Municipal de Montes Claros/MG.

# Anexo I

## FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DE INCIDENTE DE SEGURANÇA COM DADOS PESSOAIS

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO COMUNICANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Setor: \_\_\_\_\_

Telefone/Ramal: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

### 2 - DADOS DO INCIDENTE

Data de conhecimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local/Setor onde ocorreu: \_\_\_\_\_

Sistema(s) ou serviço(s) afetado(s): \_\_\_\_\_

### 3 - DESCRIÇÃO DO INCIDENTE

---

---

---

### 4 - CATEGORIA E NATUREZA DOS DADOS ENVOLVIDOS

- ☐ Dados pessoais
- ☐ Dados pessoais sensíveis
- ☐ Dados de crianças, adolescentes ou idosos
- ☐ Dados financeiros
- ☐ Dados de autenticação em sistemas (login, senha)
- ☐ Dados protegidos por sigilo (legal, judicial ou profissional)
- ☐ Dados em larga escala

### 5 - ESTIMATIVA DE IMPACTO

Número estimado de titulares afetados: \_\_\_\_\_

Grupos específicos envolvidos (se houver): \_\_\_\_\_

### 6 - MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS ATÉ O MOMENTO

- ☐ Comunicação à chefia imediata
- ☐ Comunicação ao setor de TI
- ☐ Alteração de senhas/acessos
- ☐ Outra (especificar): \_\_\_\_\_

### 7 - OBSERVAÇÕES ADICIONAIS OU SUSPEITA DE AUTORIA

---

---

Data do preenchimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do comunicante: \_\_\_\_\_

### Recebido por (EPD ou Comissão de Proteção de Dados):

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Plano elaborado pela Comissão Permanente de Tratamento e Proteção de Dados, instituída pela Lei Complementar nº 103 de 28 de março de 2023, no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros/MG.

Atualizado em 30/06/2025.

Comissão Permanente de Tratamento e Proteção de Dados:

Carla Bianca Durazzo Costa  
Encarregada de Proteção de Dados

Renato Marcelo Pereira Souza  
Membro de Apoio da Comissão

Wallisson Mendes Santos  
Assessor de Tratamento de Dados



# CÂMARA MUNICIPAL DE **MONTES CLAROS**

Rua Urbino Viana, nº 600, Vila Guilhermina,  
Montes Claros/MG, CEP: 39400-087